

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

DO GLOBAL AO LOCAL: A AGENDA 2030 NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS

FROM GLOBAL TO LOCAL: THE 2030 AGENDA IN PUBLIC LIBRARIES OF MINAS GERAIS

César dos Santos Moreira – Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG)

Dalgiza Andrade Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Marília de Abreu Martins de Paiva – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: nas últimas décadas, a exploração excessiva dos recursos naturais evidenciou a necessidade urgente de modelos de desenvolvimento sustentável que integrem crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, propostos pela Agenda 2030 da ONU, orientam práticas sociais e institucionais voltadas à sustentabilidade. As bibliotecas públicas, na condição de espaços democráticos de acesso à informação, desempenham papel estratégico na promoção desses objetivos. Este estudo investigou como as bibliotecas públicas do estado de Minas Gerais têm promovido e implementado serviços de informação alinhados à Agenda 2030. A pesquisa exploratória fundamentou-se em revisão bibliográfica, análise documental, aplicação de questionários eletrônicos e entrevistas semiestruturadas com bibliotecários, com análise dos dados realizada por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontam a ausência de planejamento sistemático alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a inexistência de políticas de informação estruturadas nas bibliotecas analisadas. Além disso, constatou-se escassez de recursos financeiros, acervos desatualizados, falta de pessoal qualificado e apoio limitado das administrações municipais. Apesar dessas dificuldades, as bibliotecas ainda exercem, de forma pontual, funções essenciais de acesso à informação. Considera-se que o estudo alcança seus objetivos ao diagnosticar a realidade dessas instituições e oferece subsídios importantes para seu fortalecimento como agentes de transformação social, contribuindo para o avanço da Biblioteconomia e Ciência da Informação em estudos sobre o papel social das bibliotecas.

Palavras-chave: bibliotecas públicas; Agenda 2030; desenvolvimento sustentável.

Abstract: in recent decades, the excessive exploitation of natural resources has highlighted the urgent need for sustainable development models that integrate economic growth, social justice, and environmental preservation. The Sustainable Development Goals (SDGs), proposed by the United Nations' 2030 Agenda, guide social and institutional practices toward sustainability. Public libraries, as democratic spaces for access to information, play a strategic role in promoting these goals. This exploratory study investigated how public libraries in the state of Minas Gerais have promoted and implemented information services aligned with the SDGs. The research was based on bibliographic review, document analysis,

electronic questionnaires answered by respondents, and semi-structured interviews with librarians. Data were analyzed using content analysis techniques. Results indicate a lack of systematic planning aligned with the SDGs and an absence of structured information policies within the libraries studied. Additionally, shortages of financial resources, outdated collections, lack of qualified staff, and limited support from municipal administrations were identified. Despite these challenges, libraries continue to perform essential information access functions on a limited scale. The study concludes by diagnosing the current situation of these institutions and providing important insights for their strengthening as agents of social transformation. It also contributes to the advancement of Library and Information Science research focused on the social role of public libraries.

Keywords: public libraries; 2030 Agenda; sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a informação é recurso essencial para o desenvolvimento humano, social e econômico, sendo base para sociedades democráticas, inclusivas e sustentáveis. Apesar dos avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), persistem desigualdades de acesso, especialmente em países como o Brasil. Nesse contexto, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação assumem papel estratégico na mediação do conhecimento, na promoção da inclusão social e no fortalecimento do direito à informação.

Este artigo apresenta resultados da tese “A Agenda 2030 no âmbito da rede de bibliotecas públicas de Minas Gerais: perspectivas de atuação”, defendida em 2024 no Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo foi analisar como as bibliotecas públicas de Minas Gerais atuam em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi de natureza exploratória e qualiquantitativa (Flick, 2009). Em relação aos procedimentos metodológicos, utilizou-se a revisão narrativa da literatura (Cordeiro *et al.*, 2007) para a seleção das fontes de informação e a análise de conteúdo (Bardin, 2011) para a discussão dos dados.

Com base no Manifesto da Biblioteca Pública da IFLA-UNESCO 2022 da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e da Organização das Nações

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foram formuladas cinco categorias de análise:

- i- Missões da Biblioteca Pública;
- ii- Redes, Legislação e Financiamento;
- iii- Funcionamento e Gestão;
- iv- Parcerias e Implementação de Serviços;
- v- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Para a coleta de dados verbais, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas semiestruturadas. A amostra da pesquisa foi composta por 27 bibliotecas públicas de Minas Gerais e oito bibliotecários que atuam nesses espaços.

A partir dos resultados da pesquisa, compreendeu-se que as bibliotecas públicas são fundamentais na promoção dos ODS, reafirmando seu papel como espaços estratégicos de desenvolvimento social, ambiental e democrático.

Evidencia-se que, com a implementação da Agenda 2030, essas instituições fortalecem a compreensão da informação como instrumento de transformação social, de promoção da cidadania e de construção de sociedades mais equitativas. Reafirma-se que fortalecer as bibliotecas públicas não é apenas uma necessidade, mas uma condição essencial para a efetivação de um futuro mais justo, inclusivo, sustentável e verdadeiramente democrático.

2 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030

A construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 resulta de um longo processo de amadurecimento das discussões globais sobre desenvolvimento, meio ambiente e justiça social. Até a década de 1970, prevalecia uma lógica de crescimento econômico desvinculada das preocupações ambientais, sendo as questões ecológicas eram tratadas como problemas isolados, sem articulação internacional.

O marco inaugural desse debate foi a Conferência de Estocolmo, em 1972, que consolidou a pauta ambiental na agenda global, destacando a necessidade de conciliar desenvolvimento

econômico e proteção ambiental (Curi, 2012). A partir daí, sucederam-se acordos e conferências fundamentais, como o Protocolo de Kyoto, em 1997, focado na redução de emissões de gases poluentes, e a 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP15), em 2009, que buscou avançar no enfrentamento das mudanças climáticas (Pereira, 2010).

Em 1987, o Relatório “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Brundtland, introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras” (Curi, 2012). Esse conceito ganhou força na Conferência Rio-92, que consolidou a Agenda 21, documento que reafirma a proteção ambiental como compromisso universal, atrelando-a ao desenvolvimento econômico e social.

Na década seguinte, os desafios ambientais e sociais se agravaram, impulsionando a criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em 2000. Esses estabeleceram metas para combater a pobreza e melhorar indicadores sociais até 2015. Contudo, apesar de avanços, os ODM apresentaram limitações, sobretudo por sua abordagem centrada em países em desenvolvimento e pela ausência de uma vinculação efetiva aos direitos humanos (Azzam, 2005; Curi, 2012; Shetty, 2005).

Além disso, Curi (2012) ressalta que as resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU) carecem de força legal obrigatória, funcionando como orientações de adesão voluntária, o que limita sua efetividade frente aos interesses econômicos das grandes potências. Nesse cenário, a Conferência Rio+20, realizada em 2012, representou um esforço renovado para avançar na construção de uma governança global voltada ao desenvolvimento sustentável. Seu documento final, “O Futuro que Queremos”, preparou o terreno para a formulação da Agenda 2030 (Organização das Nações Unidas, 2012).

A Agenda 2030, aprovada em 2015, define 17 ODS, desdobrados em 169 metas, abordando temas como erradicação da pobreza, segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero, energia limpa e ação climática (Organização das Nações Unidas, 2015).

Diferente dos ODM, os ODS adotam uma perspectiva universal, integrando as dimensões econômica, social e ambiental de forma indissociável, conforme reforça Curi (2012).

No entanto, a efetivação dessa agenda enfrenta desafios significativos. Werthein (2000) e Távora (2013) destacam que, embora a globalização tenha impulsionado a economia e a inovação, também acentuou desigualdades sociais e ambientais. No Brasil, a implementação dos ODS é dificultada por desigualdades estruturais, falta de integração das políticas públicas e limitações na governança federativa.

Apesar de avanços, como a Lei nº 12.187/2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima, persistem entraves relacionados à alocação de recursos, à capacitação técnica e à articulação entre os diferentes entes governamentais (Pereira, 2010). A crise econômica e as políticas de austeridade também fragilizam a capacidade do Estado de atender às metas estabelecidas, sobretudo nas áreas sociais e ambientais.

Portanto, a historicidade dos ODS evidencia um processo contínuo de construção coletiva, que busca enfrentar os limites do modelo de desenvolvimento vigente, propondo uma transformação estrutural baseada na justiça social, na preservação ambiental e na cooperação internacional. A Agenda 2030 se apresenta, assim, como um pacto global indispensável para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

3 A BIBLIOTECA PÚBLICA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL: HISTORICIDADE, FUNÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

A biblioteca pública é uma instituição fundamental para o desenvolvimento de sociedades democráticas, atuando na promoção da cidadania, da inclusão informacional e da educação ao longo da vida. Sua trajetória reflete transformações sociais, políticas, culturais e tecnológicas, sendo reconhecida como espaço de acesso ao conhecimento, à cultura e à informação (IFLA; UNESCO, 2022).

Historicamente, a biblioteca pública emerge como construção social, passando de espaços restritos às elites e instituições religiosas, na Idade Média, para ambientes de acesso mais amplo

a partir do Renascimento, com o fortalecimento do humanismo e da imprensa (Araújo, 2002). No século XIX, com o avanço da industrialização e dos ideais democráticos, consolida-se como equipamento estatal de caráter educativo e cultural, voltado ao atendimento universal (Machado; Suaiden, 2015).

No Brasil, a formação das bibliotecas públicas esteve, inicialmente, atrelada a iniciativas isoladas, com pouca abrangência social. A criação do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1937 representou o primeiro esforço governamental para estruturar políticas voltadas ao livro, à leitura e às bibliotecas. Contudo, seu modelo centralizado e pouco participativo revelou limitações na consolidação de uma política pública sustentável (Paiva, 2008; Rocha, 2019).

A partir da década de 1990, o debate em torno da biblioteca pública passou a incorporar os desafios impostos pela Sociedade da Informação, como a inclusão digital, o desenvolvimento de competências informacionais e a necessidade de articulação intergovernamental. Apesar dos avanços, permanece uma lacuna entre o discurso político e as ações efetivas, evidenciada pela fragilidade institucional, subfinanciamento e baixa prioridade nas agendas públicas (Paiva, 2008).

O Manifesto IFLA/UNESCO (2022) reafirma que a biblioteca pública é um centro local de informação, cultura e convivência, essencial para a construção de sociedades democráticas e inclusivas. Seus objetivos abrangem desde o apoio à educação formal e informal até a promoção da diversidade cultural, da cidadania e do desenvolvimento sustentável.

Autores como Ferraz (2014), Greenhalgh e Alvares (2022) destacam o papel da biblioteca como espaço de preservação da memória, fortalecimento da identidade local e formação crítica dos sujeitos. Além de fornecer acesso à informação, a biblioteca deve estimular a leitura, apoiar processos educativos e contribuir para a construção do conhecimento (Andrade; Magalhães, 1979; Araújo, 2002; Mueller, 1984). Menegale (2022) acrescenta que a biblioteca pública é agente estratégico na elevação do capital intelectual e no fortalecimento social.

No Brasil, a efetividade da biblioteca pública como política pública está diretamente ligada à sua institucionalização. Segundo Machado e Suaiden (2015), embora compartilhem uma estrutura comum, as bibliotecas públicas operam, em sua maioria, com recursos escassos e baixa

integração com as esferas de gestão pública. O fortalecimento dessas instituições exige financiamento regular, formação de profissionais, planejamento estratégico e participação social.

Apesar dos avanços, persistem desafios como descontinuidade administrativa, rotatividade de profissionais, subfinanciamento e falta de planejamento de longo prazo (Araújo, 2002; Ferraz, 2014; Paiva, 2008; Rocha, 2019). Ferraz (2014) defende que a biblioteca pública seja compreendida como espaço democrático e de empoderamento social, capaz de fortalecer a cultura local e atender às demandas informacionais das comunidades.

Portanto, a consolidação de redes robustas de bibliotecas públicas exige políticas públicas consistentes, financiamento adequado, valorização dos profissionais e participação efetiva da comunidade. A biblioteca pública, como direito social, deve ser reconhecida não apenas como espaço de acesso à leitura, mas como instrumento fundamental para a promoção da cidadania, da equidade informacional e do desenvolvimento social.

4 A BIBLIOTECA PÚBLICA E A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030

As bibliotecas públicas ocupam papel estratégico na implementação da Agenda 2030, atuando como agentes de desenvolvimento sustentável, inclusão e promoção da cidadania. No contexto brasileiro, marcado por desigualdades estruturais, essas instituições transcendem a função de repositórios de livros, tornando-se espaços de encontro, formação cidadã e mediação de saberes (Bernardino; Suaiden, 2011; Ferraz, 2014).

Na perspectiva social, a missão da biblioteca não se limita ao acesso à informação, mas se estende à construção de pertencimento, laços comunitários e desenvolvimento humano. Nesse aspecto, a Agenda 2030 reforça a importância das bibliotecas no fortalecimento de instituições democráticas, na redução das desigualdades e na promoção da educação de qualidade. A Declaração de Lyon (2014) e a IFLA (2015) defendem que as bibliotecas são essenciais para garantir acesso à informação, inclusão digital e desenvolvimento sustentável.

Contudo, as bibliotecas públicas brasileiras enfrentam desafios históricos e estruturais, como demonstram os dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP, 2023): fragilidade

no financiamento, ausência de dados estatísticos consistentes e subvalorização de seu papel social. Esses desafios são agravados por fenômenos contemporâneos como a exclusão digital, a desinformação e os impactos da pandemia de COVID-19, que escancarou as desigualdades informacionais (Fundação Oswaldo Cruz, 2020; Grupo de Trabalho..., 2021).

As críticas de Miranda (1979) seguem atuais ao apontar o caráter conservador e passivo de muitas bibliotecas, centradas na guarda de acervos e desvinculadas das necessidades informacionais da população. A superação desse cenário exige políticas públicas robustas, financiamento sustentável, inovação tecnológica e uma atuação alinhada aos ODS, como defendem Paiva (2008) e Tejada Artigas (2017).

O fortalecimento de redes colaborativas entre bibliotecas, sociedade civil, instituições acadêmicas e poder público é fundamental para potencializar ações e influenciar políticas públicas. A atuação em rede amplia o impacto das bibliotecas na promoção da cidadania, da inclusão e do desenvolvimento sustentável.

Ao se alinharem à Agenda 2030, as bibliotecas públicas reafirmam seu compromisso com uma sociedade mais justa, democrática e sustentável. Para isso, é essencial que se assumam como espaços de resistência, formação e esperança, capazes de transformar informação em conhecimento e promover uma cidadania ativa, crítica e participativa.

5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Em relação ao eixo Missões da Biblioteca Pública, a biblioteca pública destaca-se como agente de transformação social e promotora da democratização do acesso à informação, conforme preconizam IFLA e UNESCO (2022). Essa missão envolve o acesso universal à informação, alfabetização, educação continuada, inclusão social e participação cultural e cívica. A biblioteca deve garantir acesso equitativo ao conhecimento, presencial e digital, adaptando-se às mudanças tecnológicas.

Entretanto, as bibliotecas públicas mineiras revelam limitações na presença digital e adoção de ferramentas tecnológicas. Muitas não possuem sítios eletrônicos próprios, estando

suas informações dispersas em portais institucionais municipais, o que dificulta o acesso remoto e a democratização da informação. Koontz e Gubbin (2013) ressaltam a importância do uso estratégico das TIC para ampliar o acesso dos usuários, recomendando conteúdos atualizados e diversificados.

Outros desafios são a gestão do acervo e a oferta de catálogos públicos *on-line* (OPAC). Poucas bibliotecas utilizam sistemas informatizados, limitando a consulta remota e o acesso democrático à informação. Tal situação evidencia a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura tecnológica, capacitação profissional e políticas públicas que valorizem esses equipamentos culturais.

A BIBLIOTECÁRIA 2 desabafa sobre o que considera como obstáculo às bibliotecas públicas:

Outra coisa é que nem todo investimento destinado à Cultura, é direcionado para a biblioteca. Seria muito interessante lutar para que, no futuro, houvesse uma verba específica para as bibliotecas públicas. Isso facilitaria o aprimoramento das bibliotecas, melhoraria os espaços e aumentaria a valorização delas. Mas acaba tornando os serviços da biblioteca deficientes, e não conseguimos aprimorar e adequar as coisas que são necessárias. Ainda falta muito entendimento e valorização do nosso trabalho nas bibliotecas, começando pela valorização do bibliotecário. Sem um bibliotecário gerenciando e trabalhando em conjunto com os educadores, a biblioteca não é bem organizada, o que impacta negativamente no ensino. É um desafio diário, porque é algo que sempre exige que a gente esteja brigando com documentos para justificar e adquirir certas coisas necessárias para manter a biblioteca. Todos os dias, precisamos explicar por que precisamos de computadores, de pessoas qualificadas [...]. É um desafio conseguir fazer o básico de uma biblioteca, gerenciar os recursos essenciais para seu funcionamento no dia a dia, desde recursos humanos até tecnológicos.

Decorrente da situação ora exposta está também a desatualização do acervo, muito em função da carência de recursos para aquisição de livros novos, fruto da ausência de apoio às bibliotecas públicas. Essa situação termina por impactar a oferta de novos produtos e serviços de informação à contento das demandas da comunidade. Quando indagados, os bibliotecários, em sua maioria, ressaltaram que a maioria desses equipamentos sobrevive de doações. A BIBLIOTECÁRIA 2 assim expressa:

Uma única compra feita aqui, foi em 2009, e foi uma outra bibliotecária anterior do concurso, que fez, 2009. Eu nunca fui me solicitada fazer uma lista. É lógico que eu tenho

as listas de necessidade, eu tenho as sugestões dos leitores [...], mas eu nunca mandei. Então, como que é sou mantido isso aí? Sou mantido por doações e mantida pelas multas. A gente é mantida pelos próprios leitores.

Um segundo eixo da discussão envolveu a articulação entre *Redes, Legislação e Financiamento*, aspectos fundamentais para a formulação de políticas públicas eficientes e sustentáveis. Acerca das redes de bibliotecas, esses mecanismos fortalecem a cidadania e a inclusão social (IFLA; UNESCO, 2022).

Segundo Caravantes, Panno e Kloeckner (2005), um sistema requer partes integradas e coordenadas. A consolidação de redes/sistemas exige políticas públicas baseadas em padrões de qualidade, legislação específica e cooperação coordenada (IFLA; UNESCO, 2022). Nesse sentido, o Decreto nº 520/1992 e a Portaria nº 4/2021 representam avanços, mas a articulação entre entes federados ainda é frágil.

No entanto, esse cenário enfrenta desafios como fragmentação legislativa, ausência de planejamento formal, escassez de dados e precariedade no financiamento, majoritariamente municipal. Esses desafios impedem a configuração do sistema conforme a teoria da administração. Essa lacuna reflete-se em informalidade organizacional, falta de planejamento e descontinuidade das ações, comuns em instituições pequenas (Sobral; Peci, 2013). Além disso, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP, 2022) aponta que quase inexistem avaliações sistemáticas para mensurar resultados e impacto social dos sistemas em funcionamento no país.

Reflete-se que o modelo federativo brasileiro, desde a Constituição de 1891, impacta a articulação dos sistemas de bibliotecas, pois a descentralização dificulta diretrizes nacionais unificadas. A gestão é municipal e não há obrigatoriedade de alinhamento a uma política nacional integrada. O Decreto nº 520/1992 limita o SNBP ao fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais, respeitando a autonomia local.

A Portaria nº 4/2021 instituiu o Acordo de Cooperação Federativo para formalizar relações entre SNBP e sistemas estaduais, viabilizando políticas públicas conjuntas. Contudo, a adesão limitada — 12 das 27 unidades federativas — indica obstáculos políticos e estruturais para consolidar uma rede nacional coordenada.

Sobre esse aspecto, a COORDENADORA do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBPMG) argumenta: “A Constituição prevê que os municípios são autônomos. Eles fazem se eles quiserem, entendeu? A gente não tem nenhum amparo legal que obrigue o município a cumprir XYZ.”

Em Minas Gerais, o SEBPMG atua na articulação inter-regional e apoio técnico para implementação de políticas públicas de leitura e informação. São desenvolvidas iniciativas como o programa Minas Literária e a Rede Integra Geraes, organizando bibliotecas em polos regionais, apesar de limitações financeiras e rotatividade administrativa. Entretanto, a falta de recursos financeiros torna-se um limitador das ações. Aspecto ressaltado pela COORDENADORA do SEBPMG:

A gente tenta unificar assim algumas ideias ou espalhar algumas ideias, por meio do nosso boletim. A gente tenta fazer uma política estruturada, como por exemplo o plano estadual do livro, leitura, literatura e bibliotecas, que seria essa concretização da política. Não temos. A gente está desde 2017 trabalhando nisso e não anda, muito difícil. Porque agora chegou na hora do dinheiro e aí não tem dinheiro. A gente tinha a previsão desse recurso, desse repasse, a gente estava fazendo altos planos. 2024 entra e a gente tem a notícia do contingenciamento, que eu ainda não sei se saiu na mídia, mas estamos contingenciados. E neste momento, os recursos que iriam para o Minas Literária não serão repassados. Aí ontem, a gente teve uma reunião muito difícil com a Rede para contar isso para eles. A gente está sem dinheiro, zero recurso. [...]. Todo mundo topou continuar no projeto, com zero recurso. Quando eu falo zero, é zero mesmo. Tudo que a gente faz é na base da parcerias.

Apesar das dificuldades enfrentadas, o SEBPMG vem promovendo formações, visitas técnicas e estimulando as redes regionais, funcionando como elo entre políticas estaduais e as demandas locais. Conforme expressa a COORDENADORA,

Nós somos apoio. Nossos verbos são apoiar, orientar, subsidiar, a gente não tem verbo de ação, implementar, por exemplo, a gente não usa. A gente orienta, então a gente tem as assessorias técnicas, que são essas partes mais específicas, responder perguntas mais específicas, perguntas técnicas. A gente tenta ter uma certa unidade.

Quanto aos aspectos *Funcionamento e Gestão e Parcerias e Implementação de Serviços*, destaca-se a necessidade de alinhamento a padrões profissionais de eficácia e qualidade, conforme diretrizes internacionais e legislação nacional. Políticas de informação devem contemplar objetivos claros, prioridades e serviços adequados às demandas locais. A participação

comunitária nos processos decisórios é essencial, pois usuários conhecem suas realidades e contribuem para adequar os serviços. Cooperação interinstitucional e parcerias ampliam o alcance das ações bibliotecárias e diversificam públicos.

Os padrões profissionais para bibliotecas públicas, estabelecidos pela IFLA e UNESCO (2022) e pela Resolução nº 245/2021 do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), definem a biblioteca como centro local de informação, pesquisa e leitura mantido pelo poder público, assegurando acesso universal ao conhecimento e produção cultural em múltiplos suportes. Entre os princípios centrais estão o acesso irrestrito, acervo representativo da diversidade cultural brasileira, preservação da memória regional, liberdade de acesso à internet e atuação qualificada do bibliotecário.

Em Minas Gerais, a autonomia municipal, garantida pela Constituição de 1988, limita a observância desses padrões. O SEBPMG atua como instância de apoio e assessoramento, promovendo articulação, troca de informações e incentivo à criação e manutenção das bibliotecas, mas sem poder executivo direto enfrenta desafios estruturais e financeiros. Para a BIBLIOTECÁRIA 1, isso se traduz na dificuldade de ampliar serviços: “temos vontade de oferecer mais coisas, mas sempre esbarramos na falta de pessoal [...]. A maior questão é realmente a falta de pessoas”.

Os bibliotecários entrevistados reconhecem o valor do SEBPMG para a integração das bibliotecas públicas em Minas Gerais. Destacam o papel das redes virtuais, como grupos de WhatsApp, para troca de experiências, acesso a cursos e visibilidade das bibliotecas. Para a BIBLIOTECÁRIA 3,

O Sistema é um ganho muito grande para a gente [...]. O grupo [de WhatsApp] é enriquecedor, porque a gente vê o que tem em vários lugares [...]. É uma vantagem para gente não ficar tão solitário. Nem sempre a biblioteca pública tem bibliotecário ou está estruturada, então é bom que a gente possa trocar ideia com outras pessoas. Eu acho uma vantagem do Sistema.

Contudo, apontam dificuldades relacionadas à compreensão do papel multifuncional da biblioteca pública, falta de apoio institucional municipal, ausência de recursos, pouca integração

intersectorial e baixa valorização do bibliotecário. Como afirmou a BIBLIOTECÁRIA 4, persiste “um pensamento tecnocrata, de que [...] o bibliotecário vai catalogar livro [...] esquecem essa função sociocultural que o bibliotecário tem também”.

Apesar das diretrizes técnicas consolidadas, a efetivação enfrenta desafios políticos, estruturais e culturais, vinculados à autonomia municipal, escassez de recursos e necessidade de mudança de mentalidade, ilustrando a complexidade do cenário. Acerca desse aspecto, a BIBLIOTECÁRIA 2 reflete: “o maior desafio que enfrentamos [é] provar a importância do que precisamos fazer [...]. Em Minas Gerais, ainda vejo que a situação está muito atrasada. As bibliotecas não são vistas como um local de investimento”.

Para além dos problemas evidenciados, o reconhecimento da importância da missão das bibliotecas públicas exige o efetivo enfrentamento aos obstáculos presentes em sua atuação. Superar essas barreiras exige vontade política, financiamento e compromisso com inovação, inclusão e equidade informacional, como apontam a IFLA e a UNESCO (2022).

No âmbito dos *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* da Agenda 2030 da ONU, não foram identificadas ações concretas com base nos ODS, apesar das bibliotecas públicas emergirem como agentes estratégicos para promoção do desenvolvimento sustentável, com ênfase no acesso à informação como direito fundamental. Apesar da ausência políticas e ações orientadas aos ODS, a COORDENADORA do SEBPMG evidencia o trabalho realizado com os profissionais das bibliotecas públicas em Minas Gerais.

Lá no nosso boletim, a gente tem uma coluna semanal que chama “sem deixar ninguém para trás”. É uma coluna em que a gente dá visibilidade às ações das maiorias “minorizadas”, a pauta, a luta do movimento negro, do feminismo, das pessoas com deficiência, dos povos originários. Então assim, a gente sempre coloca um conteúdo lá que tem a ver com essa ideia da Agenda 2030. Eu, enquanto bibliotecária, já tinha no meu radar essa questão, antes mesmo de estar no Sistema. Com a minha ida para o Sistema, [...] a gente colocou isso na pauta mais fortemente. Tanto que no recadastramento de 2018 a gente tem três perguntas sobre isso. A gente perguntou “a equipe da biblioteca conhece os objetivos do desenvolvimento sustentável definidos na Agenda 2030 da ONU? A biblioteca tem algum projeto que pode contribuir para o alcance das metas da Agenda 2030? Qual ODS que está alinhado? E aí, caso tenha respondido sim, descreva sucintamente o projeto. Na pandemia a gente deu uma virada. A gente começou a fazer mais ações de capacitação. Então a gente tem hoje uma ação, no

mínimo, por mês para as equipes das bibliotecas. Em 2020 a gente trabalhou os objetivos do desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030, nas nossas capacitações.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2024) afirma que a normatização para práticas sustentáveis é essencial, embora o Brasil tenha enfrentado instabilidade institucional desde a pandemia de COVID, o que comprometeu a efetividade dessas políticas. No relatório, o IPEA (2024) indica desafios no acompanhamento das metas, especialmente do ODS 16 sobre paz, justiça e instituições eficazes, no qual o acesso à informação é essencial, pois os indicadores oficiais são insuficientes.

Na percepção dos bibliotecários, o trabalho na biblioteca com os ODS ainda é obscuro e a biblioteca, nessa questão, atua localmente e isolada. A BIBLIOTECÁRIA 6 reflete o seguinte:

Acredito que a biblioteca ainda percorre um caminho sinuoso para o cumprimento razoável dos ODS estabelecidos pela agenda da ONU. Ela acaba por atuar localmente (o que é plausível) no fornecimento mínimo de recursos informacionais e em direção da oferta de produtos informacionais aos usuários, mas de maneira totalmente isolada (nosso caso) e, ainda, contando com um efetivo humano ultra reduzido (um bibliotecário) para atuar em todas as frentes. Entendo que, para que se cumpra os ODS, faz-se necessário um trabalho multidisciplinar, com envolvimento dos atores da Cultura do município.

A retomada recente do compromisso nacional com os ODS, com a recriação da Comissão Nacional para os ODS e anúncio do ODS 18 sobre igualdade racial, reforça o papel das instituições na agenda sustentável.

O enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero é fundamental para o desenvolvimento sustentável, destacando o papel das bibliotecas públicas como parceiras estratégicas que garantem acesso à informação e promovem empoderamento social (IFLA, 2015). Embora as ações não estejam normatizadas, a BIBLIOTECÁRIA 5 destacou que sua atuação na biblioteca contribui “com o acesso à leitura às comunidades carentes [...], inclusão de pessoas com deficiência visual [...], atendimento e atividades adaptadas para as pessoas autistas e outras pessoas neurodivergentes”.

Em síntese, a implementação da Agenda 2030 no Brasil exige estabilidade institucional, compromisso político e fortalecimento dos mecanismos de acesso à informação. As bibliotecas

públicas, como espaços democráticos e inclusivos, são fundamentais para promover cidadania e sustentabilidade, consolidando seu papel estratégico para uma sociedade mais justa e igualitária. Entretanto, 2030 já está próximo, e a COORDENADORA do SEBPMG pondera:

São quatro anos, né! Não foram só quatro anos, a gente teve foram seis anos de interrupção, né, desse trabalho. Isso é muito tempo. Aí, a Agenda 2030, faltam seis anos para a gente chegar em 2030. E a gente, sei lá, a gente está muito longe, muito longe ter esse mundo aí. Que ninguém fique para trás, muito pelo contrário, a gente só está vendo as desigualdades se acirrare, né! Enfim, é muito sério isso. Então temos que repensar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Maria Cardoso; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. Objetivos e funções da biblioteca pública. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 8, n. 1, 1979. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77377>. Acesso em: 24 maio 2022.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. **A palavra e o silêncio**: biblioteca pública e Estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002.

AZZAM, Fateh. Os direitos humanos na implementação dos objetivos de desenvolvimento do milênio. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452005000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/Ly8Yr5rHJNfkqZFRNXck8D/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, p. 29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a04.pdf>. Acesso em: 1 maio 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 29. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. Decreto n. 520 de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 maio 1992. p. 6030. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0520.htm. Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria Especial de Cultura. Portaria nº 4, de 28 de junho de 2021. Estabelece o Acordo de Cooperação Federativa como instrumento para adesão dos Sistemas Estaduais e Distrital de Bibliotecas Públicas ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, nº 120, de 29 de junho de 2021, p. 155. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/44/2021/08/PORTAR1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

CARAVANTES, Geraldo Ronchetti; PANNO, Cláudia Caravantes; KLOECKNER, Mônica Caravantes. **Administração: teorias e processo**. São Paulo: Pearson, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Resolução CFB n. 245, de 24 de novembro de 2021. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas públicas. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, de 26 de novembro de 2021, p. 271. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1377>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>. Acesso em: 20 set. 2020.

CURI, Denise (org.). **Gestão ambiental**. São Paulo: Pearson, 2012.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS – IFLA. **Declaração de Lyon sobre o acesso à informação e desenvolvimento**. Haia (Holanda): IFLA, 2014. Disponível em: <https://www.lyondeclaration.org/content/pages/lyon-declaration-pt.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2020.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS – IFLA. **Conjunto de ferramentas: as bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. Haia (Holanda): IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 27 maio. 2020.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS – IFLA; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA-UNESCO 2022**. Tradução da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – FEBAB. São Paulo: FEBAB, 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 23 set. 2022.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. esp., p. 18-30, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v19nspe/04.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Estudo aponta maior aceleração da covid-19 em estados do Norte e Nordeste**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2020/06/estudo-aponta-maior-aceleracao-da-covid-19-em-estados-do-norte-e-nordeste>. Acesso em: 22 ago. 2022.

GREENHALGH, Mariana Giubertti Guedes; ALVARES, Lillian Maria Araújo de Rezende. As quatro funções da biblioteca pública nas mídias sociais. **Em Questão**, v. 28, n. 2, p. 114-108, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/114108>. Acesso em: 19 abr. 2023.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **V relatório luz da sociedade civil agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil**. [S. l.: s. n], 2021. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf. Acesso em: 31 maio 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Agenda 2030**: objetivos de desenvolvimento sustentável: avaliação do progresso das principais metas globais para o Brasil: ODS 16: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Brasília: IPEA, 2024. 20 p. (Cadernos ODS, 16). Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ri2024ODS16>. Acesso em: 29 jul. 2024.

KOONTZ, Christie; GUBBIN, Barbara (Ed.). **Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública**. 2. ed. inteiramente revista. Lisboa: Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, 2013. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024.

MACHADO, Frederico Borges; SUAIDEN, Emir José. O papel da biblioteca pública e seus desafios frente aos avanços tecnológicos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis - SC. **Anais [...]** Florianópolis: FEBAB, 2013. p. [1-16]. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/files/original/8/2174/1284-1297-1-PB.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2020.

MENEGALE, José Guimarães. **O que é e o que deve ser a biblioteca pública**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2022.

MIRANDA, Antonio Basilio de. Considerações sobre o desenvolvimento de redes e sistemas de bibliotecas públicas no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 7, n. 2, p. 230–235, 1979. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77268>. Acesso em: 30 maio 2022.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 13, n. 1, p. 7–54, 1984. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74223>. Acesso em: 25 maio 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UNIC Rio, 2015. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030completoportugus12fev2016.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas: políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006**. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-7HUKTJ/1/disserta__o_marilia.pdf. Acesso em: 25 maio 2022.

PEREIRA, Mário Jorge. **Meio ambiente & tecnologia**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

ROCHA, Eduardo Santos. **Análise das políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil**. 2019. 129 f. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/37526>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SHETTY, Salil. Declaração e objetivos de desenvolvimento do milênio: oportunidades para os direitos humanos. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, p. 1–16, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452005000100001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/CB4rcrXC4yjbghxQ4W4pWZp/?lang=pt>. Acesso em: 8 maio 2022.

SOBRAL, Filipe; PECCI, Alketa. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2013.

TÁVORA, Fernando Lagares. A herança da Rio+20. **Estudos Legislativos** - [Temas e Agendas para o Desenvolvimento Sustentável], Brasília, maio 2013. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/a-heranca-da-rio-20>. Acesso em: 8 maio 2022.

TEJADA ARTIGAS, Carlos Miguel. Bibliotecas de centros de pesquisa no século XXI: desafios e perspectivas. *In*: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI**: desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2017. p. 95–113. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29215. Acesso em: 25 maio 2020.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, p. 71–77, 2000. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652000000200009>. Acesso em: 3 jul. 2020.